



Artigo

Recurso educacional aberto: saberes necessários sobre Notificação Compulsória

Open educational resource: necessary knowledge about Compulsory Notification

Geraedson Aristides da Silva¹, Geraldo Magella Teixeira², Kerle Dayana Tavares de Lucena³

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Maceió-AL, Brasil

Resumo

A Notificação Compulsória oferece um meio valioso para monitorar a saúde populacional e indicar prioridades para as políticas de saúde e alocação de recursos financeiros. Deste modo, evidencia-se também a necessidade de estimulação de uma formação adequada seja ainda na graduação ou durante o exercício profissional. Este estudo objetivou apresentar o processo de construção de um Recurso Educacional Aberto sobre Notificação Compulsória, criado em decorrência da falta de conhecimento da maioria dos estudantes e profissionais da saúde e da deficiência no ensino pelas Instituições de Ensino Superior sobre o tema. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, cuja abordagem foi qualitativa, realizado no mês de novembro de 2018, a partir de uma disciplina cursada em uma pós-graduação *stricto sensu*. **Resultados:** A construção do recurso ocorreu através de seis etapas distintas apresentadas ao longo deste artigo e cujo produto final foi o e-book acerca da Notificação Compulsória. **Conclusão:** O processo de construção do recurso educacional aberto apresentado neste artigo, juntamente com as demais informações sobre Notificação Compulsória oferecem suporte para aprendizagem de profissionais e estudantes da saúde, que muitas vezes precisam superar as dificuldades no próprio conhecimento e contribuir com as estratégias de promoção e prevenção da saúde da população brasileira.

¹ Mestrando em Ensino na Saúde e Tecnologia pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-0057-3429>

E-mail: geraedson@hotmail.com

² Vice Coordenador e Docente do Mestrado em Ensino na Saúde e Tecnologia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-6593-307X>

E-mail: magellafisio@yahoo.com.br

³ Docente do Mestrado em Ensino na Saúde e Tecnologia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-9918-306X>

E-mail: kerledayana@gmail.com

Abstract

Compulsory notification provides a valuable means to monitor population health and indicate priorities for health policies and allocation of financial resources. Thus, it is also evident the need to stimulate adequate training, either at graduation or during professional practice. This study aimed to present the process of constructing an open educational resource on Compulsory Notification, created as a result of the lack of knowledge of the vast majority of students and health professionals and deficiency in teaching by higher education institutions on the subject. **Materials and methods:** this is an exploratory and descriptive study, which approach was qualitative, carried out in November 2018, from a discipline attended in a *stricto sensu* post - graduation course. **Results:** the construction of the resource occurred through six distinct steps presented throughout this article and which final product was the e-book about Compulsory Notification. **Conclusion:** The process of building the open educational resource presented in this article, along with the other information about Compulsory Notification, supports the learning of health professionals and students, who often need to overcome difficulties in their own knowledge and contribute to promotion and prevention strategies of the health of the Brazilian population.

Palavras-chave: Ensino, Saúde, Recurso educacional aberto, Notificação compulsória
Keywords: Teaching, Health, Open educational resource, Compulsory notification

1. Introdução

Historicamente, a Notificação Compulsória (NC) tem sido a principal fonte da vigilância epidemiológica. A primeira lista de NC é datada do ano de 1377, em Veneza. No entanto, o primeiro Regulamento Sanitário Internacional sobre a temática é de maio de 1951, no qual foram definidas seis enfermidades de notificação internacional. Este regulamento foi incorporado ao Brasil em 1961, mas a notificação sistemática de algumas doenças transmissíveis deu-se a partir de 1969 (OLIVEIRA et al., 2003).

A NC permite a adoção de medidas de controle, possibilitando a interrupção da cadeia de transmissão de doenças entre a população. A averiguação epidemiológica é realizada a partir de fichas epidemiológicas do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), específicas para cada situação (SIQUEIRA FILHA; VANDERLEI; MENDES, 2011).

Atualmente, no Brasil, as normas de NC são reguladas pela portaria 204, de 17 de fevereiro de 2016, que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, através da comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada por profissionais ou responsáveis por estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública (BRASIL, 2016).

Entretanto, a problemática das subnotificações constitui, ainda, uma das principais dificuldades no sistema de vigilância brasileiro, estas têm causas variadas, que vão desde a pouca instrução dos profissionais, dificuldade no manejo dos instrumentos de notificação e até mesmo a falta de prioridade da notificação das doenças na rede básica de serviços (LIMA et al., 2018).

O intercâmbio de informações sobre NC deve ocorrer rotineiramente em todos os níveis de formação para garantir o conhecimento sobre a condição

das comorbidades e o acesso precoce às medidas de prevenção e tratamento (CARVALHO; DOURADO; BIERRENBACH, 2011).

No processo de construção das capacidades e habilidades dos profissionais de saúde, é preciso propiciar aos mesmos, ferramentas que garantam aquisição de conhecimento e os permita agir adequadamente em situações envolvendo estratégias de promoção, prevenção e proteção da saúde (AMANCIO FILHO, 2004).

Nesse contexto, deve ser considerada importante a qualificação dos egressos e acadêmicos da saúde objetivando a otimização do sistema de NC brasileiro (SILVA; OLIVEIRA, 2014). As estratégias que favoreçam a saúde da população são tão indispensáveis que, para cada dólar investido, há um retorno econômico de doze milhões, representando assim melhorias para o desenvolvimento do milênio (PRÜSS-ÜSTÜN et al., 2008).

A qualificação dos estudantes e profissionais pode ocorrer através da construção e/ou incentivo à parceria entre os setores educacionais e da saúde. A elaboração de propostas pedagógicas pelas instituições de ensino permite aos estudantes e trabalhadores da saúde a aquisição e o domínio de diversas competências, permitindo-os compreender, atuar e enfrentar demandas relacionadas à Notificação Compulsória (AMANCIO FILHO, 2004).

A formação de profissionais em saúde críticos, reflexivos e transformadores de suas realidades está densamente ligada às compreensões pedagógicas que o estimulam a aprender; deste modo, na atualidade, esta formação tem sido permeada por novas ferramentas que facilitam o aprendizado e contribui para que o profissional execute tarefas profissionais de forma eficiente (MACEDO et al., 2018).

Visando atender a esta demanda educativa, surgem os Recursos Educacionais Abertos, definidos como materiais de ensino, aprendizagem ou pesquisa em domínio público, ou publicados sob uma licença aberta, que permite o uso de forma legal e livre de cobranças de taxas ou assinaturas, com acesso por meio de downloads por qualquer cidadão (ZANIN, 2017). A contribuição desse tipo de material potencializa a promoção da saúde da população (REBERTE; HOGA; GOMES, 2012).

Diante do exposto, o presente estudo objetivou apresentar o processo de construção de um Recurso Educacional Aberto (REA) sobre Notificação Compulsória (NC), criado em decorrência da falta de conhecimento dos estudantes e profissionais da saúde e da deficiência no ensino pelas Instituições de Ensino Superior (IES) sobre o tema.

Estima-se que o processo de construção do Recurso Educacional Aberto, descrito ao longo do trabalho juntamente com as demais informações apresentadas sobre Notificação Compulsória, estimulará profissionais e acadêmicos da saúde a buscar e criar outros REA com mais informações sobre NC e o sistema vigente no Brasil.

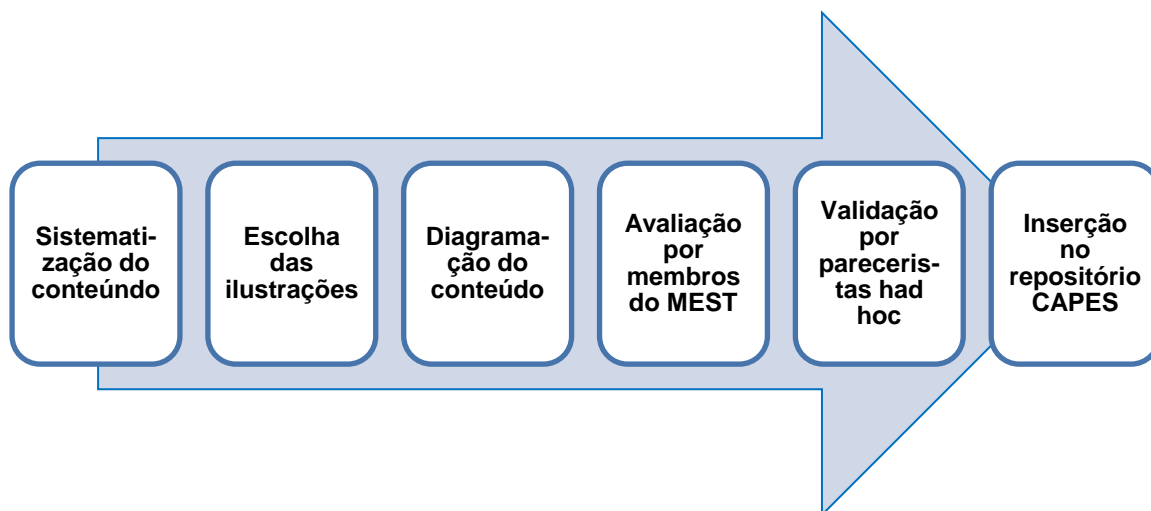
2. Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, no período de setembro a novembro de 2018. Foi descrito o recurso de tecnologia educacional na forma de e-book, construído como produto do Mestrado em Ensino na Saúde e Tecnologia (MEST) da Universidade Estadual

de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL. O mesmo faz parte da dissertação de mestrado do autor correspondente.

A construção do e-book dividiu-se em seis etapas distintas (Figura 1), que variaram desde a sistematização dos conteúdos até a inserção no repositório da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), conduzido no período entre setembro a novembro de 2018.

Figura 1: Etapas para a produção do e-book, 2018.



Fonte: Autores deste artigo.

A primeira etapa baseou-se na necessidade de profissionais e estudantes da saúde sobre Notificação Compulsória, sendo esta apresentada através de revisão de literatura. A elaboração do conteúdo também foi baseada na literatura científica, para garantir a fidedignidade e compreensão do usuário.

Na segunda etapa, imagens de sites foram acessadas para encontrar ilustrações adequadas que posteriormente serviriam como modelo para criação das próprias ilustrações do e-book.

Na terceira etapa, o conteúdo preliminar, representado por normativas oficiais do Ministério da Saúde do Brasil, passou por um processo de edição de texto e posterior diagramação, unindo-se às imagens com o texto na versão inicial do e-book. A primeira versão foi revisada e seguiu para a etapa seguinte.

Na quarta etapa, o trabalho foi submetido à avaliação dos docentes e dos alunos regulares da disciplina obrigatória do MEST, Recursos Educacionais, através de exposição oral e visual. Os mesmos propuseram algumas sugestões, que foram anotadas, acatadas e executadas. Por conseguinte, confeccionou-se a segunda versão, que foi encaminhada para a próxima fase.

Na quinta etapa, o e-book foi submetido e validado sem restrição por peritos *ad hoc*. A avaliação se relacionou com adequação e apresentação das informações, linguagens e ilustrações considerando a perspectiva do público-alvo. Finalizada a validação, os profissionais foram convidados a opinar sobre a visão geral e específica do recurso educativo.

Na sexta e última etapa, o arquivo foi enviado para o orientador, que fez uma nova avaliação de ilustrações e texto e finalizou com a inserção do e-book no repositório da CAPES, ficando o mesmo disponível para o público em geral.

3. Resultados

3.1 Etapa I – Revisão de literatura

Após ser evidenciada a necessidade de qualificação dos profissionais e estudantes da saúde com relação à Notificação Compulsória (SILVA; OLIVEIRA, 2014), buscou-se na literatura instrumentos textuais capazes de serem transformados no recurso educativo, sendo utilizados os seguintes documentos para composição:

Quadro 1: Documentos utilizados para a composição do e-book.

Tipo de documento	Disposição
Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016.	Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975	Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.
Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977	Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Fonte: Diário Oficial da União.

Após a finalização deste processo, buscou-se aprimorar o e-book, através de ilustrações, de forma que o mesmo se tornasse mais atrativo.

3.2 Etapa II – Escolha das ilustrações

As ilustrações foram buscadas no intuito de atrair a percepção dos profissionais e estudantes que criam suas referências e também se reconhecem por imagens, instaurando laços de comunhão com as mesmas. Há a ideia de que pela imagem eu me aproximo do outro, me uno ao outro, favorecendo a qualidade da natureza simbólica capaz de refletir sobre as mais diferentes leituras (BELMIRO, 2000).

Partindo dessa premissa, ilustrações de profissionais de saúde foram acessadas em websites e posteriormente salvas. Em seguida, as mesmas foram enviadas para um ilustrador que as traduziram de acordo com as necessidades do trabalho.

3.3 Etapa III – Diagramação do conteúdo

Após a seleção de textos e de imagens, foi a vez do material ser enviado para um profissional capacitado para criação e diagramação de e-books. Este profissional uniu os textos selecionados anteriormente com as figuras provenientes do processo de ilustração.

Figura 2: Modelo de ilustração contida no e-book.

✓ *Notificação Compulsória*

EVENTO DE SAÚDE PÚBLICA

Situação que pode constituir potencial ameaça à saúde pública, como a ocorrência de surto ou epidemia, doença ou agravo de causa desconhecida, alteração no padrão clínico epidemiológico das doenças conhecidas, considerando o potencial de disseminação, a magnitude, a gravidade, a severidade, a transcendência e a vulnerabilidade, bem como epizootias ou agravos decorrentes de desastres ou acidentes.

DOENÇA

Enfermidade ou estado clínico, independente de origem ou fonte, que represente ou possa representar um dano significativo para os seres humanos.

EPIZOOTIA

Doença ou morte de animal ou de grupo de animais que possa apresentar riscos à saúde pública.

AGRAVO

Qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo, provocado por circunstâncias nocivas, tais como acidentes, intoxicações por substâncias químicas, abuso de drogas ou lesões decorrentes de violências interpessoais, como agressões e maus tratos, e lesão autoprovocada.

10

COMO NOTIFICAR?

*Quando não conseguir realizar a notificação ao Município, Estado ou Distrito Federal, é possível fazer através do link abaixo:
http://formsys.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=432

16

Fonte: arquivo dos pesquisadores.

A união das ilustrações com a disposição do texto e cada página foi concebida de forma que tornassem claras e objetivas as informações a serem repassadas. O e-book conta ainda com um sistema de links, facilitando o acesso do leitor ao portal oficial do Ministério da Saúde, mais especificamente ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN). Além disso, o Recurso Educacional Aberto apresenta um *quiz* de perguntas e respostas sobre Notificação Compulsória, a fim de fortalecer a aprendizagem do leitor.

Finalizada esta etapa, foi realizada revisão do texto e gravação do material no formato PDF, que significa *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento).

3.4 Etapa IV – Avaliação por membros do MEST

Nesta fase, o trabalho foi exposto por meio de seminário da disciplina Recursos Educacionais, sendo esta uma disciplina obrigatória do Mestrado em Ensino na Saúde e Tecnologia.

Complementada a apresentação do recurso, a discussão foi aberta para os docentes da disciplina juntamente com os alunos regulares do MEST, que fizeram elogios e apontamentos. Todos os apontamentos foram anotados e acatados de forma positiva pelos idealizadores do projeto, que deram início às correções.

Os alinhamentos foram adequados ao trabalho, sendo confeccionada uma segunda versão do e-book, que por sua vez foi encaminhada para a fase seguinte.

3.5 Etapa V – Validação por pareceristas *ad hoc*

Nesta fase, o e-book foi exposto ao público em geral e para pareceristas *ad hoc* em um congresso acadêmico da própria instituição de ensino. O material ficou exposto em um notebook, onde o público, juntamente com os pareceristas, puderam explorá-lo e interagir.

Os avaliadores preencheram um formulário que pontuava a linguagem, ilustração, interatividade e relevância do Recurso Educacional Aberto. Em relação à apresentação da linguagem, os peritos avaliaram a conveniência e a compreensão dos conceitos utilizados e adequação do vocabulário e objetivos. Eles também avaliaram as ilustrações de acordo com a interatividade, organização e a adaptação visual.

A opinião do público também foi importante, pois os mesmos referiam que não conheciam nenhum Recurso Educacional Aberto com a temática. Concluída a exposição do recurso no congresso, a coordenação do MPES ficou de posse dos formulários avaliativos.

Estes formulários com as considerações dos avaliadores foram disponibilizados, entretanto, não houve apontamentos referentes à alteração do material. O recurso, então, foi encaminhado para uma editora no intuito de registrá-lo com o ISBN (*International Standard Book Number*), que é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição.

3.6 Etapa VI – Inserção no Repositório CAPES

Recebido o ISBN da editora, o e-book foi enviado para o orientador, que inseriu o Creative Commons, e em seguida o disponibilizou no repositório da CAPES. O material está disponível não só para profissionais e estudantes da saúde, mas também para indivíduos em geral que tenham interesse sobre a temática.

4. Discussão

Profundas transformações têm ocorrido na formação dos profissionais de saúde a fim de atender às transformações contemporâneas da sociedade. Para isso, incorporaram-se novas estratégias e ferramentas pedagógicas de ensino nas quais o estudante ou profissional é o agente promotor da sua própria ação educativa, transitando da dependência do professor à autonomia na elaboração do seu conhecimento (MACEDO et al., 2018).

Algumas dificuldades do ensino na saúde podem ser sanadas através dos Recursos Educacionais Abertos (REA), que utilizam meios alternativos de distribuição e elaboração de novos materiais de qualidade e de maneira gratuita (ZANIN, 2017).

Nesse tipo de recurso cabe ao autor decidir quando e como permite o uso por terceiros, não existindo ressalvas para os REA com finalidade educativa. Dentre as licenças utilizadas, cita-se a Creative Commons (CC), um

tipo de licença mais flexível por meio da qual qualquer pessoa pode licenciar sua produção através do acesso ao site do CC, e, após responder a algumas perguntas, instantaneamente, receberá uma das seis licenças disponíveis (GONSALES, 2016).

Para Cavalcante e Vasconcelos (2007), novas iniciativas voltadas para o ensino na saúde que implementam novas ferramentas de ensino nos centros de formação e das instituições acadêmicas melhoram o ensino, reorientam currículos, promovem novas modalidades de oferta de cursos, de práticas pedagógicas e de conteúdos para estudantes e profissionais de saúde.

A facilidade ao acesso à informação permitida pelos Recursos Educacionais Abertos tem favorecido a aprendizagem e formação de estudantes e profissionais em políticas de saúde no Brasil e no mundo, colocando esse recurso como um agente importante no processo de ensino-aprendizagem (FERREIRA; SÁ, 2018).

Nesse panorama, a utilização das tecnologias móveis pode ser vista como uma maneira favorável de promover o ensino na saúde através do uso dos REA, uma vez que o acesso a essas tecnologias e a conectividade à internet tem aumentado no cenário mundial (HEREDIA; RODRIGUES; VIEIRA, 2017).

Gonsales (2016) descreve que os REA incluem cursos completos ou partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software e qualquer outra ferramenta (material ou técnica) que possa apoiar o acesso ao conhecimento. Essa definição foi redigida com a ajuda da Comunidade Recursos Educacionais Abertos do Brasil.

Escosteguy, Pereira e Medronho (2017) chamam atenção para que haja uma melhor formação dos profissionais de saúde, seja na graduação ou durante a vida profissional, destacando que estes profissionais, em suas diferentes especialidades, quando bem treinados/capacitados sobre o Sistema de Notificação vigente, são capazes de contribuir efetivamente com o monitoramento da saúde da população.

Silva (2015) aponta que doenças de Notificação Compulsória são endêmicas em vários estados do Brasil, e sugere que sejam criadas estratégias de promoção, proteção e controle da situação, dentre elas o treinamento de profissionais e acadêmicos da saúde. Miranda et al. (2018) demonstram que para que sejam realizadas as notificações compulsórias deve haver uma sensibilização dos profissionais da saúde, visto a importância da temática.

Schmidt (2007) também destaca a necessidade da divulgação de dados que valorizem as estratégias preventivas que promovam educação e conhecimento das políticas de saúde por parte de toda a população, facilitando assim as estratégias de prevenção e controle propostas pelo Ministério da Saúde do Brasil. O autor aponta, ainda, que é observado que vários profissionais da saúde não detêm conhecimento suficiente sobre as NC, direcionando-as apenas para o atendimento clínico.

A Resolução nº 287, de 8 de outubro de 1998, determina a participação de 14 categorias de profissionais de saúde que passam então a contribuir ativamente na consolidação dos sistemas de saúde brasileiros, são eles: Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Profissional de Educação Física, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional (BRASIL, 1998). Entretanto, o ato de notificar não deve ser confundido com o

de realizar diagnóstico clínico, sendo este, atribuição exclusiva do profissional médico (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

Jurdi et al. (2018) destacam a importância de formar profissionais capacitados e conectados às necessidades da sociedade brasileira, e que as IES estejam comprometidas com a construção e efetivação de políticas públicas relevantes para a sociedade e suas demandas. Entretanto, existem lacunas que impedem a produção de informações fidedignas que expressem, genuinamente, o aprimoramento de ações assistenciais e preventivas das organizações governamentais e não-governamentais no monitoramento dessas doenças (CRUZ; TOLETO; DANTAS, 2003).

Para Girianelli et al. (2018), há a clara necessidade do enfrentamento das demandas envolvendo NC: a falta de informação dos profissionais pode influenciar negativamente as políticas de saúde, havendo assim a necessidade de treinamento deste público. Lima et al. (2018) corroboram com esta ideia e expressam em seu estudo que é perceptível a importância da capacitação dos profissionais de saúde quanto ao manejo correto das situações envolvendo NC.

É responsabilidade também das IES o direcionamento da formação voltada para as problemáticas de saúde pública e não apenas baseada no projeto privatista. Entretanto, a força de novos projetos tem atingido o ensino superior e neutralizado o espaço universitário como campo de formação crítica, reflexiva e transformadora (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001).

Em ambiente educacional, a tecnologia tem auxiliado profissionais e estudantes a adquirirem competências indispensáveis para tomada de decisões e soluções de problemas. A educação sofreu alterações com a admissão de novas mídias nos processos educativos, e essas modificações estão acontecendo também dentro das instituições de ensino, trazendo possibilidades de mediação multimidiática de informações diversas (PEREIRA et al, 2016).

5. Conclusão

Importantes transformações nos mecanismos de ensino-aprendizagem têm ocorrido na contemporaneidade e as facilidades do acesso aos REA, como e-books, oferecem suporte a diversos públicos entre eles os profissionais de saúde, que na maioria das vezes necessitam superar deficiências da sua formação para contribuir efetivamente com as estratégias de promoção e prevenção da saúde da população brasileira.

Entretanto, a literatura brasileira necessita da criação de outros Recursos Educacionais Abertos, principalmente no âmbito da NC, para melhor preparar os estudantes e profissionais da saúde, logo, este trabalho poderá nortear o processo de construção de posteriores recursos.

Referências

AMANCIO FILHO, Antenor. Dilemas e desafios da formação profissional em saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 8, n. 15, p. 375-380, Ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832004000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 jul. 2019.

BELMIRO, Celia Abicalil. A imagem e suas formas de visualidade nos livros didáticos de Português. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 72, p. 11-31, Ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 nov. 1975. p. 14.785. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6259-30-outubro-1975-357094-norma-pl.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 1977. p. 11.145. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6437-20-agosto-1977-357206-norma-pl.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 fev. 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. **Resolução nº 287 de 8 de outubro de 1998**. Brasília; 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cart_camara_regulacao.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CARVALHO, Carolina Novaes; DOURADO, Ines; BIERRENBACH, Ana Luiza. Subnotificação da comorbidade tuberculose e aids: uma aplicação do método de linkage. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 548-555, Jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 jul. 2019.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 67-83, Ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

CAVALCANTE, Maria Tereza Leal; VASCONCELLOS, Miguel Murat. Tecnologia de informação para a educação na saúde: duas revisões e uma proposta. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 611-622, Jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2019.

CRUZ, Marly Marques da; TOLEDO, Luciano Medeiros de; SANTOS, Elizabeth Moreira dos. O sistema de informação de AIDS do Município do Rio de Janeiro: suas limitações e potencialidades enquanto instrumento da vigilância epidemiológica. **Cad.**

Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.19, n. 1, p. 81-89, Fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SCOSTEGUY, Claudia Caminha; PEREIRA, Alessandra Gonçalves Lisboa; MEDRONHO, Roberto de Andrade. Três décadas de epidemiologia hospitalar e o desafio da integração da Vigilância em Saúde: reflexões a partir de um caso. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3365-3379, Oct. 2017 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003365&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FERREIRA, Giselle Martins dos Santos; SA, Jaciara Carvalho de. recursos educacionais abertos como tecnologias educacionais: considerações críticas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 738-755, Set. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000300738&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2019.

GIRIANELLI, Vania Reis; FERREIRA, Aldo Pacheco; VIANNA, Marcos Besserman; TELES, Nair; ERTHAL, Regina Maria de Carvalho; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Qualidade das notificações de violências interpessoal e autoprovocada no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2009-2016. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 318-326, Jul. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2018000300318&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 jul. 2019.

GONSALES, Priscila. Recursos educacionais abertos (REA) e novas práticas sociais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 10, n. 1, Mar. 2016. ISSN 1981-6278. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1078>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

HEREDIA, Jimena de Mello; RODRIGUES, Rosângela Schwarz; VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. Produção científica sobre Recursos Educacionais Abertos. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 101-113, Abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862017000100101&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 15 jul. 2019.

JURDI, Andrea Perosa Saigh et al. Revisitar processos: revisão da matriz curricular do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 22, n. 65, p. 527-538, Abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000200527&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

LIMA, Romênia Kelly Soares de; EVANGELISTA, Aline Luiza de Paulo; MAIA, Jéssica Karen de Oliveira; TRAVASSOS, Priscila Nunes da Silva; PINTO, Francisco José Maia; MOREIRA, Francisco José Maia. Notificação compulsória de acidentes de trabalho: dificuldades e sugestões dos profissionais de saúde em Fortaleza, Ceará. *Rev Bras Med Trab.* v. 16, n. 2, p. 192-198, 2018. Disponível em: <<http://www.rbmt.org.br/details/315/pt-BR>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

MACEDO, Kelly Dandara da Silva; ACOSTA, Beatriz Suffer; SILVA, Ethel Bastos da; SOUZA, Neila Santini de; BECK, Carmem Lúcia Colomé; SILVA, Karla Kristiane Dames da. Active learning methodologies: possible paths to innovation in health teaching. *Esc. Anna Nery.* v. 22, n. 3, e20170435, 2018. Disponível em:

<http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452018000300704>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MIRANDA, Fernanda Moura D'Almeida; PURIM, Kátia Sheylla Malta; SARQUIS, Leila Maria Mansano; SHWETZ, Ana Claudia Athanasio; DELATORRE, Letícia Schlichting; SAALFELD, Rosangela Maria. Dermatoses ocupacionais registradas em sistema de notificação na região Sul do Brasil (2007 a 2016). **Rev Bras Med Trab.** V. 16, N. 4, p. 442-450. 2018. Disponível em: <<http://www.rbmt.org.br/details/384/en-US>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

OLIVEIRA, Magda Lúcia Felix de; SILVA, Adaelson Alves; BALLANI, Tanimária Silva Lira; BELLASALMA, Ana Carolina Manna. **Sistema de notificação de intoxicações desafios e dilemas.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/sg3mt/pdf/peres-9788575413173-15.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

PEREIRA, Teresa Avalos et al. Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação por Professores da Área da Saúde da Universidade Federal de São Paulo. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 59-66, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022016000100059&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

PRÜSS-ÜSTÜN, Annette et al. Safer water, better health: costs, benefits and sustainability of interventions to protect and promote health. Geneva: **World Health Organization**, 2008. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43840/9789241596435_eng.pdf;jsessionid=488714A30C7AC39333E5080F15DCF420?sequence=1>. Acesso em: 14 nov. 2018.

REBERTE, Luciana Magnoni; HOGA, Luiza Akiko Komura; GOMES, Ana Luisa Zaniboni. O processo de construção de material educativo para a promoção da saúde da gestante. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 101-108, Fev. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SCHMIDT, Rosana Andreatta Carvalho. A questão ambiental na promoção da saúde: uma oportunidade de ação multiprofissional sobre doenças emergentes. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 373-392, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SILVA, Geraedson Aristides da. Enfoque sobre a leptospirose na região nordeste do Brasil entre os anos de 2000 a 2013. **Acta Biomedica Brasiliensia.** v. 6, n. 1, p. 101-108, Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.actabiomedica.com.br/index.php/acta/article/view/105/78>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SILVA, Geraedson Aristides da; OLIVEIRA, Cilmery Marly Gabriel de. O registro das doenças de notificação compulsória: a participação dos profissionais da saúde e da comunidade. **Rev Epidemiol Control Infect.** v.4, n. 3, p. 215-220, Jul-Set. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/4578>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SIQUEIRA FILHA, Noêmia Teixeira de; VANDERLEI, Lygia Carmen de Moraes; MENDES, Marina Ferreira de Medeiros. Avaliação do Subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em Âmbito Hospitalar no Estado de Pernambuco, Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 307-316, Set. 2011. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742011000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1jul. 2019.

ZANIN, Alice Aquino. Recursos educacionais abertos e direitos autorais: análise de sítios educacionais brasileiros. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227174, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400230&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jul. 2019.

Enviado em: 04/outubro/2019
Aprovado em: 05/novembro/2019